

# Neto cita Zé Ronaldo e Reis ao governo

Prefeito reforçou que sua decisão sobre o tema será tomada até março do ano que vem

HENRIQUE BRINCO  
REPÓRTER

O prefeito de Salvador, ACM Neto (DEM), citou ontem outros dois possíveis nomes para disputar o governo do Estado, caso desista das eleições de 2018. O democrata afirmou que o prefeito de Feira de Santana, José Ronaldo (DEM), e o vice-prefeito de Salvador, Bruno Reis (PMDB), "podem desempenhar qualquer papel". A decisão sobre o tema deverá ser tomada até março do ano que vem. Procurado pela **Tribuna** para comentar a possibilidade, o Zé Ronaldo se disse surpreso. "Meu candidato a governador é ele, certo? Meu candidato é ACM Neto. Ele não conversou isso comigo, não me falou nada. Estou sabendo disso através de você. Meu candidato é ele", afirmou o prefeito feirense. "Acho que a gente só tem uma definição desse quadro depois do Carnaval. Até lá, muita coisa pode acontecer. Teremos aí muito disse-me-disse, muitas conversas. Mas, depois do Carnaval, acredito que chega o momento que tem que sentar e definir realmente", completou. Bruno Reis não foi encontrado pela reportagem para comentar a declaração.

Nos últimos dias, ganharam força os rumores de que o gestor soteropolitano possa sair como candidato em uma chapa presidencial no próximo pleito. Ele está no radar tanto do PSDB, onde ocuparia o cargo de vice na campanha de Geraldo Alckmin, quanto do próprio DEM – que pretende lançar um candidato próprio. O nome do prefeito, aliás, é um dos favoritos do presidente da Câmara dos Deputados,

Rodrigo Maia (DEM-RJ). Como já foi informado pela **Tribuna**, em público, Neto tem evitado dar demonstrações de que será candidato ao Palácio de Ondina e isso tem levantado cada vez mais dúvidas a respeito da candidatura dele contra Rui Costa (PT) no ano que vem. Nos bastidores, sabe-se que ele só vai se lançar como candidato se tiver condições reais de vencer a disputa.

Em entrevista ao jornal no início do mês, no entanto, o deputado José Carlos Aleluia, presidente estadual do DEM na Bahia, garantiu que a legenda só trabalha com o nome do prefeito na chapa ao Estado. "Nós só estamos trabalhando com a hipótese de ACM Neto ser o nosso candidato a governador. É a única hipótese que estamos trabalhando. ACM Neto é o plano A, B, C, D, E até Y e Z. Todo o alfabeto", disse na ocasião. É aguardar para ver os próximos capítulos.

**EM ENTREVISTA**  
durante encontro do FNDE, o prefeito ACM Neto citou Zé Ronaldo e Bruno Reis como nomes fortes para disputar o governo em 2018



## Salvador sedia último encontro do FNDE com estados

DA REDAÇÃO

Em tempos de crise, os municípios brasileiros são os que mais sofrem com a falta de recursos, seja por meio da queda da arrecadação ou mesmo da diminuição do repasse de verbas públicas. No caso das cidades baianas, é necessário maior atenção do governo federal às solicitações, principalmente com referência ao Plano de Ações Articuladas (PAR). Este foi o pedido do prefeito ACM Neto e de demais gestores baianos na abertura do

FNDE em Ação, o último da edição 2017, que está sendo realizado em Salvador ontem, no Fiesta Bahia Hotel, no Itaigara.

A solenidade de abertura contou com as presenças do presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Silvio Pinheiro; do vice-prefeito Bruno Reis; do presidente da União dos Municípios da Bahia (UPB) e prefeito de Bom Jesus da Lapa, Eures Ribeiro; do presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Bahia (Undime Bahia), Raimundo Filho; demais prefeitos, secretários

e gestores educacionais de diversas cidades da Bahia.

Silvio Pinheiro ressaltou a felicidade em realizar um evento deste porte em Salvador e destacou os desafios em um ano à frente do FNDE. Na ocasião, foram repassados R\$22,9 milhões para construção de dez creches e uma escola em seis municípios: Alagoinhas, Barro Alto, Itapicuru, Jandaíra, Simões Filho e Sítio do Mato. Além disso, foi anunciada uma boa notícia: o pagamento de todo o recurso faltante de 2017 do programa Brasil Carinhoso, que trata de creches no país.

## Justiça determina que BB libere empréstimo de R\$ 600 mi



O GOVERNADOR Rui Costa teve decisão favorável da Justiça em ação que pede a liberação dos R\$ 600 milhões

DA REDAÇÃO

A Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA) julgou procedente o recurso do Agravado de Instrumento impetrado pela Procuradoria Geral do Estado no caso do empréstimo de R\$ 600 milhões que o governo Rui Costa contraiu junto ao Banco do Brasil, mas nunca recebeu os recursos. O Tribunal entendeu que o julgamento da ação não compete à Justiça Federal e determinou que o banco seja obrigado a liberar o valor contratado. A PGE argumentou, ao contestar a decisão do juiz da 6ª Vara da Fazenda Pública, que o contrato de empréstimo firmado entre as partes decorreu de atividade econômica desenvolvida pelo Banco do Brasil, sendo que os valores a serem disponibilizados são recursos próprios da instituição, "e não repas-

ses de linhas de crédito, transferências voluntárias ou financiamento da União Federal", informou Jamil Cabus, procurador responsável pela demanda.

A Procuradoria também frisou que, após cumpridas todas as etapas e assinado o contrato de empréstimo em agosto deste ano, "o Banco do Brasil vem se recusando a concluir a operação de empréstimo e liberar o financiamento. Dessa forma o Banco do Brasil estaria violando os princípios da Constituição Federal, tendo seus gestores agido em desvio de poder ou de finalidade", pontuou Cabus. O Banco do Brasil negou o repasse do empréstimo "sem justificativa legal". A ação impetrada pelo governo na 6ª Vara da Fazenda Pública teve uma decisão do juiz Ruy Eduardo Almeida Brito que protelou o caso. O magistrado, em seu despacho, afirmou que

o caso deveria tramitar na Justiça Federal, onde deveria ser avaliado o interesse, ou não, da União no assunto. Diante da decisão protelatória, a PGE entrou com um recurso, que foi apreciado pela Primeira Câmara Cível.

Com a notícia ontem, o senador Otto Alencar (PSD), crítico feroz do governo, disse ao **Bocão News** que a Justiça prevaleceu: "Prevaleceu a Justiça. Foi entendido que era uma ação ilegal. Quero louvar a Justiça baiana que sempre esteve acima dos interesses políticos, pois foi muito injusto o que estão fazendo com baianos". Conforme já noticiamos, o imbróglio se arrasta há meses. Em outubro, o governador Rui Costa (PT) já tinha declarado que aguardava decisão judicial: "Temos um contrato assinado. Antigamente, bastava uma palavra, mas hoje em dia nem contrato assinado está valendo".

## Câmara de Salvador vota hoje Lei Orçamentária Anual para 2018

A Câmara de Salvador vota hoje o Projeto de Lei Orçamentária Anual que estima orçamento de R\$ 7,3 bilhões para 2018, o que representa crescimento de 9% em relação ao de 2017. As áreas da Saúde, da Educação e da Assistência Social somam 42% dos recursos orçamentários. A mensagem enviada pelo prefeito ACM Neto (DEM) aos vereadores, em setembro, afirma que apesar do cenário de incertezas no país desde 2014, o Executivo Municipal tem obtido êxito no enfrentamento das dificuldades. "A presente proposta orçamentária reflete o compromisso de persistir, com firmeza, na implementação dessas diretrizes e o propósito de continuar, com o apoio desta Casa, o processo de resgate da grandeza de nossa cidade, em benefício das melhores condições de vida de nossa população", afirmou o prefeito.

Na categoria Receitas Correntes, a mensagem evidencia os tributos municipais (IPTU, ISS, ITIV e Impostos sobre Renda e Proventos de Qualquer Natureza), que correspondem a 33% do total, e as transferências do Estado e da União, com 38%, referentes ao Fundo de Participação (FPM) e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), as transferências do SUS, Fundeb, do Fundo de Assistência Social e Convênios. As receitas de Capital totalizam R\$ 843,4 milhões e refletem o esforço

de captação de recursos em operações de crédito junto a organismos financeiros nacionais e internacionais, operações que representam 83% do total estimado para essa categoria.

Também são prioritários os recursos canalizados para Urbanismo e Habitação, que representam com 21% das despesas, e a área de gestão, que abriga as funções Administração, Previdência Social e Encargos Especiais, com 20%. Cultura e o Turismo contarão com recursos financiados pelo BID da ordem de R\$ 158,5 milhões, dos quais R\$ 33,8 milhões (incluindo contrapartida) para aplicação em 2018, além de convênios celebrados com os Ministérios do Turismo e da Cultura, no total de R\$ 24,4 milhões.

O município prevê ainda para 2018 investir R\$ 295,7 milhões no Corredor Integrado de Transportes, nos trechos Iguatemi/Cidade Jardim e Cidade Jardim/Lapa. Está prevista a aplicação de R\$1,5 milhão na ampliação da malha cicloviária. Para a segurança no trânsito serão destinados R\$ 48,6 milhões. Na manutenção e conservação da cidade, especialmente da rede viária e limpeza de canais, está prevista a aplicação de R\$ 37,8 milhões. A bancada de oposição vai se reunir por volta das 8h30, uma hora antes da votação, para definir se optarão pela abstenção ou rejeição ao projeto. (HB)



A CÂMARA Municipal de Salvador vota hoje o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) que estima orçamento de R\$ 7,3 bilhões

## PT fecha questão contra projeto do VUP

O Partido dos Trabalhadores (PT) de Salvador determinou, por meio de Resolução Política, ontem que a bancada da sigla na Câmara Municipal vote contrária ao projeto que dispõe sobre a correção dos Valores Unitários Padrão - VUP de terrenos e de construções. O texto seria votado na semana passada, mas foi adiado para hoje por falta de quórum.

Os petistas acreditam iniciativa trata de temas sensíveis do ponto de vista tributário - ITIV e ISS - além do fato de que a alteração no VUP irá acarretar no aumento do IPTU.

Em nota, a Executiva Municipal acrescenta ainda que o PT vem "empenhando esforços em conjunto na busca de promoção de debates e audiências públicas para garantir a participação popular".

"Este é um pilar inextinguível da construção da democracia, principalmente quando se trata de matéria tributária", afirma o presidente do PT Municipal, Gilmar Santiago. Segundo ele, a ausência de participação popular torna os projetos da prefeitura sem legitimidade e a aprovação deles, na Câmara, ocorre sem a devida credibilidade. (HB)